



EDIÇÃO 2º SEMESTRE 2021

Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRAS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS

A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



Projeto de Monitoramento de Praia - Pesquisa e Monitoramento/Avaliação da Interferência das Atividades Marítimas sobre Espécies Marinhas



Equipe do projeto atua diariamente monitorando 260 quilômetros de praia entre Alagoas, Sergipe e Bahia

O Projeto de Monitoramento de Praias (PMP) consiste no monitoramento de encalhes e anormalidades verificados na faixa litorânea que abrange a área de influência dos empreendimentos da Petrobras na Bacia Sergipe-Alagoas, com cobertura aproximada de 260 quilômetros de praia (do litoral sul de Alagoas ao litoral norte da Bahia, passando por toda a faixa sergipana). O projeto realiza o registro da ocorrência de animais marinhos, a caracterização dos seus parâmetros biológicos, reabilitação de animais vivos, identificação da mortalidade anormal de peixes, presença de óleo e de resíduos anormais nas praias delimitadas.

O monitoramento é realizado diariamente durante a primeira maré baixa do dia, sendo todas as ocorrências registradas no Sistema de Informação de Monitoramento da Biota Aquática (SIMBA). Os animais marinhos (aves, tartarugas e mamíferos) encontrados vivos são encaminhados para reabilitação, enquanto aqueles na condição de recém-mortos são necropsiados para avaliação da causa do óbito.

Até outubro de 2021, foram registradas 1.019 ocorrências de tartarugas marinhas, das quais 20 encalharam vivas; 338 aves marinhas, sendo 111 vivas; e 34 mamíferos aquáticos, sendo 3 animais vivos. Dos animais que foram encaminhados para reabilitação, 12 foram devolvidos à natureza, sendo 3 tartarugas, 8 aves, e 1 mamífero. Veja a seguir os registros em detalhe.

Mamíferos

Todas as espécies de mamíferos registradas pertencem à ordem *Cetartiodactyla* (baleias e golfinhos), sendo a de maior ocorrência o boto-cinza (*Sotalia guianensis*), de característica costeira e residente (que não se desloca para outras regiões) e tem status de espécie considerado como “quase ameaçada” pela IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza) e “vulnerável” pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Foram registrados 2 grandes cetáceos, sendo um *Ziphius sp.* e uma baleia jubarte (*Megaptera novaengliae*), ambos em avançado estado de decomposição, com pouca quantidade de material coletada para análise. O status de ameaça das outras cinco espécies registradas em 2021 é classificado como “pouco preocupante”. O afogamento associado à interação com a pesca foi a principal causa de óbito dos mamíferos necropsiados.

Aves

Quanto às aves, foram registradas 14 diferentes espécies ao longo do ano, sendo quatro residentes (que vivem e se reproduzem em território nacional) e dez migratórias. Dentre essas espécies, três delas possuem algum grau de ameaça, sempre considerando os critérios da IUCN e MMA. São elas: albatroz-de-nariz-amarelo (*Thalassarche chlororhynchos*), considerada “em perigo”; bobo-escuro (*Puffinus griseus*), classificada como “quase ameaçada”; pardela-preta (*Procellaria aequinoctialis*),

tida como “vulnerável”. A espécie de maior ocorrência foi a pardela-do-bico-amarelo (*Calonectris borealis*), uma ave visitante do hemisfério norte, cujo status de ameaça é classificado como “pouco preocupante”. Das aves encalhadas em 2021, 92 foram encaminhadas para reabilitação, sendo a principal causa dos encalhes a inanição. Devido ao elevado grau de debilidade, a maioria dos indivíduos morre nas primeiras 24 horas após chegarem ao centro de reabilitação. As aves reabilitadas são anilhadas com anilha padrão do CEMAVE (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres, do ICMBio) e devolvidas à natureza. Das oito aves que foram soltas, duas eram pardelas-do-bico-amarelo, uma albatroz-de-nariz-amarelo, outra bobo-escuro, uma mandrião-do-sul (*Stercorarius marccormicki*), um maçarico-branco (*Calidris alba*). [Continua na pág.2.](#)



O tempo médio de permanência no centro de reabilitação foi de 22 dias. A maior parte das aves marinhas encalhadas são indivíduos juvenis, que estão em rota de migração entre seus sítios de alimentação e as ilhas oceânicas onde se reproduzem, ou migrando em busca de áreas mais propícias de alimentação.

Os juvenis acabam encalhando por estarem em processo de aperfeiçoamento exploratório, sendo esse tipo de encalhe observado em outras partes do globo. A principal causa de óbito está relacionada com a inanição, associada a outros fatores, e com a morte natural dos indivíduos, além das causas de difícil diagnóstico.

Tartarugas marinhas

Dentre as cinco espécies de tartarugas-marinhas que ocorrem no Brasil, quatro delas foram registradas pelo PMP em 2021, todas com status de ameaça: a tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*) e a tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) são classificadas como “vulneráveis” pela IUCN e “em perigo” pelo MMA; a tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) é classificada como “em perigo” (EN); e a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) é tida como “criticamente em perigo” (CR).

A espécie com maior número de encalhes foi a tartaruga-oliva, com 768 registros, o que se relaciona com o fato de o litoral de Sergipe ser a principal área de reprodução da espécie. A principal causa de óbito desses animais foi a interação com a pesca, pois as áreas de pesca de camarão se sobrepõem às áreas utilizadas pelas tartarugas para reprodução e alimentação.



As aves reabilitadas são anilhadas com anilha padrão CEMAVE e devolvidas à natureza

Foram encaminhadas 18 tartarugas para reabilitação, com tempo médio de tratamento de 36 dias, e variação total de sete a 159 dias. As causas de encalhe foram muito variáveis, como ingestão de lixo, pneumonia, trauma, entre outras. Dos três animais que foram soltos, uma tartaruga-cabeçuda e uma tartaruga-oliva estavam sujas de óleo, e outra tartaruga-cabeçuda apresentou pneumonia e debilidade do trato gastrointestinal.

O total de animais marinhos sujos de óleo foi de 3 registros, sendo 2 tartarugas e 1 ave, estando 1 animal vivo e 2 mortos. Todas as amostras

foram coletadas e encaminhadas para análise no Centro de Pesquisa da Petrobras. A ave marinha oleada recebeu banhos para a retirada do material contaminante e foi reabilitada.

O trabalho de divulgação do PMP pôde ser retomado com o avanço da vacinação contra o coronavírus e o abrandamento dos casos. A divulgação é feita com a colocação de cartazes nos estabelecimentos localizados nos trechos de praia e com abordagem a transeuntes, com o objetivo de difundir o número de contato do projeto.

Projeto de Avaliação de Interação das Tartarugas Marinhas é iniciado em Sergipe

O projeto é executado como condicionante de licenciamento ambiental de atividades realizadas em águas rasas no litoral de Sergipe



O equipamento permite o monitoramento dos hábitos das tartarugas em tempo real

Foi iniciado em dezembro de 2021 o Projeto de Avaliação de Interação das Tartarugas Marinhas com as atividades de exploração e produção de petróleo, executado a partir da instalação de transmissores via satélite nos cascos de 30 tartarugas marinhas, capturadas nas praias Estância, Pirambu e Pacatuba.

O projeto foi exigido pelo IBAMA como condicionante de licenciamento ambiental das atividades de intervenção com sondas realizadas em águas rasas no litoral de Sergipe.

A execução prevê seis campanhas de captura e marcação de tartarugas marinhas com sistema de telemetria satelital, que é uma tecnologia que permite a medição e comunicação de informações de interesse. Serão duas campanhas por ano: uma entre março e maio e outra entre outubro e dezembro.

As campanhas de captura e marcação previstas no projeto irão focar em animais da espécie *Lepidochelys olivacea*, conhecidas como Tartaruga-oliva, que estiverem em subida para desova.

Os equipamentos, que englobam transmissor e material de fixação, não excedem o peso de 400 gramas. O projeto de monitoramento por telemetria satelital permitirá a compreensão dos hábitos ecológicos das tartarugas marinhas frente às interfaces com as atividades marítimas da Petrobras.



Resultados esperados



O equipamento utilizado na marcação das tartarugas transmitirá os dados em tempo real para uma plataforma digital a que todos poderão ter acesso e baixar as informações que desejarem. Além do posicionamento e localização da tartaruga, o equipamento informará a profundidade do animal e o tempo que ele permaneceu embaixo d'água. Também será instalada uma antena no litoral, chamada goniômetro, que amplificará a captação dos dados transmitidos pelo rádio que o animal carrega.

Entre os resultados esperados, destacam-se: a incorporação dos dados recolhidos do goniômetro e do transmissor; a criação de uma plataforma de gestão e visualização dos dados coletados; análises estatísticas de correlações com atividades de exploração e produção na Bacia de Sergipe-Alagoas, a exemplo da interação com instalações da Petrobras, rotas de embarcação, rotas de pesca etc.

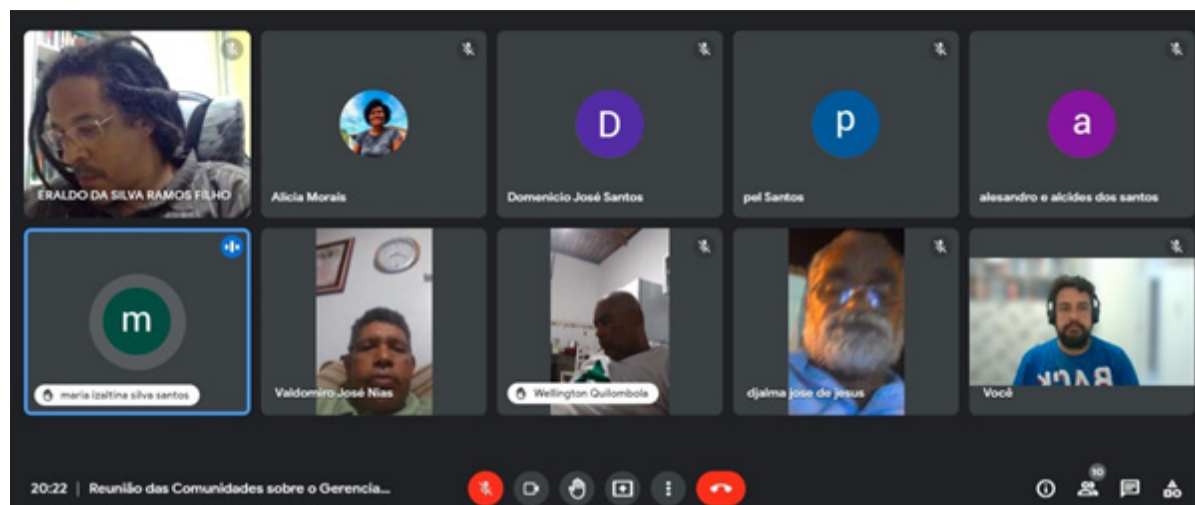
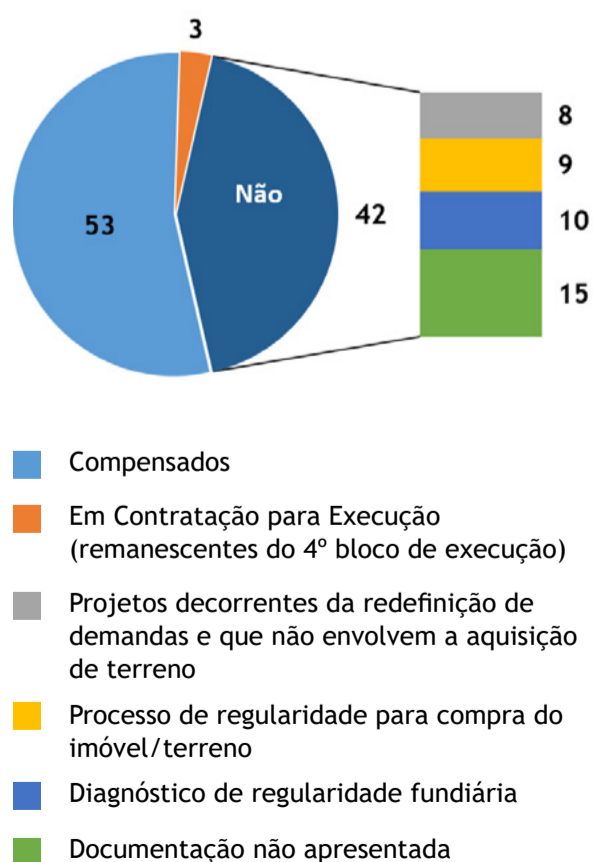
Conheça a situação dos projetos de compensação da atividade pesqueira na Bacia de Sergipe e Alagoas

Desde o mês de março de 2021 foram intensificadas atividades de reuniões com comunidades, entidades gestoras e Conselho Gestor do PEAC referentes ao Plano de Compensação da Atividade Pesqueira, executado na Bacia de Sergipe-Alagoas como linha de ação dentro do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). As interações com as comunidades haviam sofrido impacto em função da pandemia de Covid-19.

Com as novas interações, foi possível avançar em alguns projetos de compensação. São eles: aprovação pelo Conselho Gestor do Projeto Executivo da Construção da Sede da Associação de Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim, localizado no bairro Farolândia, em Aracaju; contratação de empresa para execução das obras de compensação da comunidade Atalaia Velha e da Colônia Z-01 (ambas localizadas em Aracaju); renovação da Lei de Posse do Terreno da Comunidade de Ilha Mem de Sá, localizada em Itaporanga D' Ajuda; apresentação e aprovação do projeto conceitual das compensações das comunidades de Colônia Z-04 e Porto d'Areia, ambas em Estância, para definição do projeto conceitual das compensações.

De acordo com os projetos, a execução das obras está prevista para começar no segundo semestre de 2022 e as entregas devem ocorrer até meados de 2023. Até o momento, 53 projetos de compensação foram concluídos de um total de 95. Entre as principais dificuldades, estão questões documentais das entidades atendidas e sua regularidade para a compra de terrenos e a regularização fundiária de terrenos já existentes. Acompanhe no gráfico um resumo da situação dos projetos de compensação.

Situação Atual dos Projetos de Compensação



Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe participam de mandato no Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro

Participação está sendo marcada por garantias de justiça ambiental e direitos territoriais no Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Litoral Sul de Sergipe

O Projeto Piloto de Gestão Compartilhada para Acompanhamento da Política de Gerenciamento Costeiro (Gerco) vem realizando o acompanhamento de representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais no Conselho Estadual do Gerenciamento Costeiro (CEGC), empossados por meio do Decreto Estadual nº 40.792, de 18 de março de 2021. O projeto piloto é executado dentro do PEAC como mais uma das medidas de mitigação exigidas pelo IBAMA para os empreendimentos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas.

Criado a partir da Lei nº 8.634/2019, o Conselho tem entre suas competências: exercer a atividade de governança do Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro; opinar sobre propostas de alteração da legislação pertinente ao Gerenciamento Costeiro; aprovar o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC e suas alterações posteriores; acompanhar a execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e avaliar anualmente o cumprimento de seus princípios e objetivos.

A equipe do Gerco tem assessorado, por meio de processos formativos, os representantes de Povos e Comunidades Tradicionais, de modo a ampliar sua participação nas políticas públicas ambientais. Como parte desse processo formativo, foram realizadas reuniões on-line com representantes das comunidades costeiras para discutir a Minuta de Resolução do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) do Litoral Sul de Sergipe, elaborada por técnicos do governo de Sergipe. As emendas e destaques à minuta foram encaminhadas pelos representantes em reunião ordinária do CEGC.

Audiência Pública

No dia 19 de outubro de 2021 a referida minuta foi apresentada e discutida em audiência pública convocada pelo Governo de Sergipe e realizada no município de Estância para a apresentação das formas de Zoneamento do Litoral Sul.

Durante o evento, que tem como prerrogativa garantir um mecanismo de escuta de instituições e comunidades, houve um tempo reduzido para essa escuta e participação. Além disso, os povos e comunidades tradicionais não foram contatados previamente e suficientemente informados quanto à realização do evento, reduzindo assim o espaço dialógico e amplo debate público que deveriam ser possibilitados pelo evento.

Por meio da atuação da sua representação no CEGC, as comunidades tradicionais encaminharam à SEDURBS (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade)

um conjunto de emendas à minuta do ZEEC do Litoral Sul, dentre as quais destacam-se as delimitações das zonas de ordenamento territorial no litoral:

- A proteção dos povos e comunidades tradicionais costeiras, promovendo sua preservação, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para as gerações atuais e futuras, com vistas a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições;

- Que todas as atividades a serem desenvolvidas em todas as zonas em sobreposição, colidentes ou impactantes sobre territórios dos povos e comunidades tradicionais deverão realizar consultas prévias, livres e informadas segundo preconizado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, Artigos 6, 15, 17, 22 e 28, da qual Brasil é signatário desde 2002;

- Os povos e as comunidades tradicionais locais têm prioridade do uso extrativista dos recursos naturais, respeitando a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, sendo garantido aos pedestres e pequenas embarcações de comunidades tradicionais o acesso livre às áreas de uso extrativista de restinga, floresta tropical, manguezais e mar;

- A manutenção da agricultura familiar e camponesa, estimulando o manejo agroecológico (sem utilização de agroquímicos) da agropecuária e aquicultura de pequeno porte, seguindo também as técnicas de manejo agroecológico, extrativismo vegetal e animal, e a restrição ao uso de agroquímicos;

- Considerar as áreas de interesse arqueológico e os santuários dos povos tradicionais de matriz africana.

- O uso e a ocupação do solo em apicuns deverão cumprir o disposto no Art. 11-A da Lei federal no. 12.651/2012, observando o limite máximo de empreendimentos aquícolas (capacidade de suporte);

Após audiência pública, os representantes do projeto têm a expectativa de que a SEDURBS e o Grupo de Trabalho constituído pelo governo de Sergipe para elaboração das minutas do zoneamento costeiro do estado valorizem a justiça ambiental no processo de planejamento territorial e considerem as contribuições dos povos e comunidades tradicionais.

Longe, mas sempre juntos: a atuação do Observatório Social dos Royalties com as comunidades de sua área de abrangência na pandemia



Participantes do Observatório entregaram o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) na Câmara Municipal de Pirambu

A suspensão das atividades presenciais durante a pandemia do Covid-19 impôs o desafio da prática da educação ambiental crítica por meios remotos. Durante o ano de 2021 a equipe do Observatório Social dos Royalties (OSR), executado como um dos projetos do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras, buscou permanecer junta às comunidades, divulgando suas lutas e dialogando sobre seus problemas. Além dos contatos semanais pelas redes sociais e ligações telefônicas, foram realizadas quatro reuniões do Grupo de Trabalho (GT) em Pirambu e três reuniões do Grupo de Trabalho Regional (Aracaju e Barra dos Coqueiros).

Entre os principais encaminhamentos construídos durante as reuniões, destacam-se a produção de vídeos pelos membros do GT Pirambu relatando o cotidiano das comunidades durante a pandemia; a produção pelo GT Regional de material informativo digital com textos construídos pelos seus membros; a construção de cartas destinadas ao poder público municipal (executivo e legislativo) dos três municípios da área de abrangência do Observatório, cobrando o detalhamento dos gastos realizados com os recursos dos royalties, a resolução de demandas comunitárias e a articulação de ações emergenciais de combate à fome; a construção da campanha “Royalties para que tem fome”, pelo GT Regional. A construção dessa campanha segue em andamento e deve ser lançada no início de 2022.

Projeto de Lei em Pirambu

No dia 30 de outubro aconteceu a quarta reunião remota com o GT de Pirambu, tendo como principal ponto de pauta a entrega do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP). Com o avanço da vacinação e da diminuição do número de casos e mortes por Covid-19, foi possível realizar a entrega presencial do PLIP na Câmara Municipal de Pirambu em dezembro de 2021.

Esse projeto é resultado de uma mobilização realizada por moradores, sobretudo dos povoados de Pirambu, organizados no Observatório Social dos Royalties. Desde 2017 eles vêm coletando assinaturas de eleitores no município em apoio ao Projeto de Lei, que tem como objetivo criar o Conselho de Fiscalização dos Royalties do Petróleo e o Fundo Municipal dos Royalties do Petróleo, de modo a garantir que se tenha o controle social dos royalties do petróleo no município. O projeto chegou a ser protocolado na Câmara Municipal em 2018, mas foi rejeitado pelo setor jurídico da instituição sob a alegação de conter ilegalidades. O Observatório viabilizou a contratação de advogado, que deu parecer confirmando a legalidade do projeto que agora será protocolado.

Ampliação do GT Regional

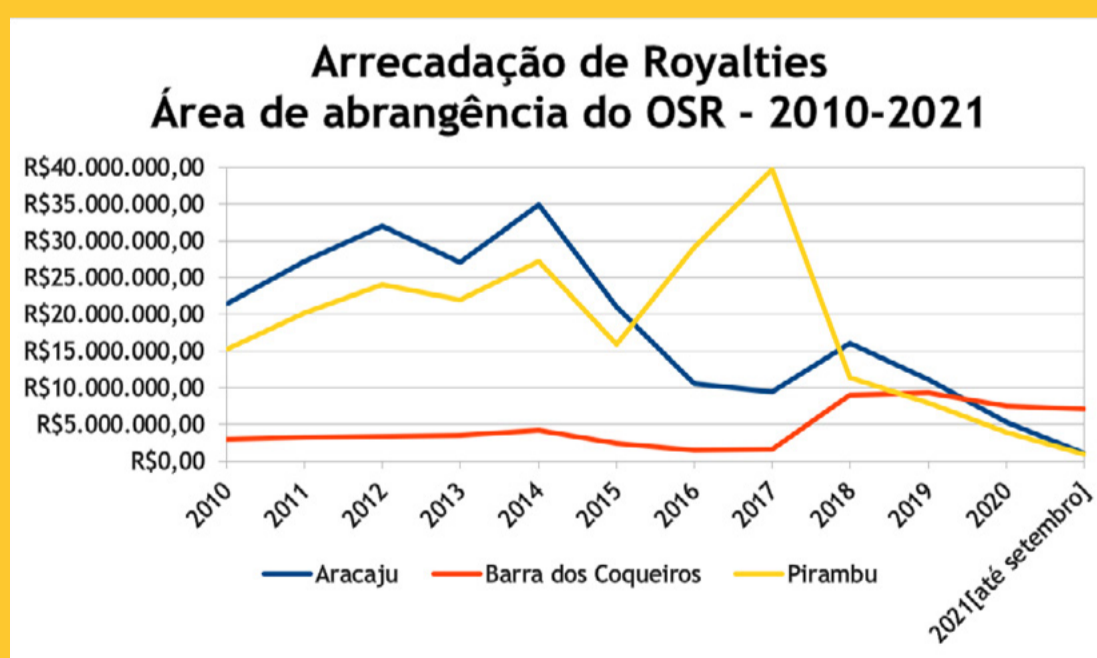
O GT regional, que reúne comunidades de Aracaju e Barra dos Coqueiros, fez três reuniões ao longo do ano, com uma última reunião agendada para dezembro. Nesse segundo semestre, o GT foi ampliado, com a participação de representantes da comunidade de pescadores ribeirinhos artesanais da comunidade da Prainha, do Bairro Industrial de Aracaju. A comunidade faz parte da área de abrangência do PEAC e tem como perfil ser uma vila familiar de pescadores onde é desenvolvida a atividade tradicional de fabricação artesanal de canoas e barcos (“tototós”). As famílias vivem há mais de 40 anos na cidade de Aracaju, porém sem reconhecimento formal pela Prefeitura Municipal, ficando fora do mapa do plano diretor da capital sergipana. A comunidade foi multada pela

Superintendência de Patrimônio da União (SPU) por ocupação irregular do terreno, sem que houvesse reconhecimento e diálogo quanto ao fato de se tratar de uma comunidade tradicional que, mesmo impactada ao longo dos anos, não chegou a receber assistência ou compensação por parte do Estado.

Ainda entre as ações do Observatório, o projeto prestou a assessoria à comunidade tradicional extrativista de mangaba do bairro Santa Maria, em Aracaju, comunidade que conta com dois representantes no Grupo de Trabalho Regional do Observatório e vem buscando fazer a defesa do seu território tradicional, tendo em vista a construção de um conjunto habitacional proposto pela prefeitura de Aracaju.

Evolução dos royalties na área de abrangência do OSR

Uma das informações que a equipe do OSR fornece periodicamente aos grupos de trabalho é a evolução dos royalties nos municípios da área de abrangência. O gráfico a seguir mostra a arrecadação dos royalties em Aracaju, Barra dos Coqueiros e Pirambu entre 2010 e 2021.



Fonte: ANP - Organização: equipe OSR

Conforme se evidencia no gráfico, o ano de 2021 foi marcado pela continuidade da queda na arrecadação nos casos de Pirambu e Aracaju. O montante de recursos recebidos por estes municípios neste ano deve ficar abaixo dos R\$ 2 milhões, menor patamar dos últimos 12 anos.

Em Barra dos Coqueiros, a arrecadação deve voltar ao patamar anterior à pandemia, próximo aos R\$ 10 milhões, consolidando a ampliação iniciada em 2018. Exatamente pelo caráter incerto desses recursos que é fundamental o controle social dos recursos dos royalties, de modo a assegurar uma aplicação voltada para o atendimento das necessidades das comunidades em longo prazo.

Conheça as atividades atuais da Petrobras na Bacia de Sergipe e Alagoas e a situação dos projetos de desinvestimento

A Petrobras segue realizando atividades marítimas na Bacia de Sergipe-Alagoas, sejam relacionadas aos processos de hibernação e descomissionamento, ou ao projeto exploratório Sergipe Águas Profundas.

Campos de águas rasas

Conforme noticiado anteriormente, os quatro campos de águas rasas localizados em Sergipe seguem em processo de hibernação desde que a produção foi interrompida em março de 2020. Ao longo do ano de 2021, vêm ocorrendo atividades de abandono de poços, que são realizadas para deixá-los tamponados e isolados. As intervenções foram realizadas com sonda a partir da plataforma PCM-07, no campo de Camorim, tendo sido concluídos os abandonos temporários dos poços CM-44 e CM-48 e iniciados os preparativos para o poço CM-37. Na sequência, a sonda será deslocada para a plataforma PCM-06 para intervenção em mais 14 poços ao longo de 2022.

Ainda nos campos de águas rasas, outra etapa importante é a preparação para a limpeza dos dutos submarinos. Esta atividade exige uma grande sinergia entre as plataformas e as instalações localizadas no Polo Atalaia, em Aracaju. Os dutos, que antes escoavam a produção dos campos de Camorim, Caioba, Dourado e Guaricema, serão limpos até que seus parâmetros estejam de acordo com os critérios dos regulamentos técnicos da ANP e resoluções do IBAMA. A limpeza tem previsão de início em janeiro de 2022.

Águas Profundas - Campo de Piranema

No mês de novembro 2021, chegou ao campo de Piranema a sonda SS-73 para realizar o abandono permanente dos poços SES-149A, PRM-13 e PRM-09. Essa campanha de abandono



tem previsão de encerramento no primeiro trimestre de 2022. Ao final dessa etapa, todos os poços da concessão estarão tamponados, em condição de segurança e integridade conforme a legislação vigente, completando mais uma etapa do processo de descomissionamento do campo. Para o total descomissionamento restará apenas a etapa de recolhimento das linhas e equipamentos submarinos que estão no fundo marinho, a ser realizada futuramente.

Projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP)

Dando sequência à fase exploratória, o projeto SEAP irá realizar, ao longo do ano de 2022, atividades para aquisição de dados sobre leito marinho na porção mais profunda da Bacia de Sergipe-Alagoas. Uma delas é a aquisição de dados geofísicos de alta frequência, com utilização de sensores instalados em robôs que viajam embaixo da água e têm capacidade de fazer a aquisição, processamento e interpretação dos dados de sonar, batimetria multifeixe e de sísmica rasa.

Outro levantamento a ser realizado é a aquisição de dados geológicos e geotécnicos de investigação profunda e rasa abaixo do leito marinho para correlação com os dados da geofísica e para subsidiar o projeto geotécnico de diversos elementos do projeto submarino. As atividades incluem ensaios in situ (realizadas na área explorada), coleta de amostras de solo/rocha e ensaios de bordo, além de ensaios de laboratório das amostras coletadas. Esse conjunto de dados é importante para subsidiar os projetos de produção, de modo a garantir segurança e eficiência operacionais.

Projetos de desinvestimento

Com relação aos projetos de desinvestimento de concessões da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas, ao longo do ano de 2021 diversos deles avançaram nas etapas previstas. As concessões Dó-Ré-Mi e Rabo Branco, ambas localizadas em Sergipe em área terrestre e operadas em parceria, tiveram concluído o processo de transferência total para adquirentes, etapa conhecida como *closing* (ou fechamento) do processo.



Já o projeto de desinvestimento do Polo Alagoas, que corresponde à venda das sete concessões (seis terrestres e uma marítima) operadas integralmente pela Petrobras no estado, foi concluído em fevereiro de 2022, com a transferência das operações para a empresa Origem Energia. Em relação ao desinvestimento do Campo de Tartaruga, localizado no litoral norte de Sergipe e do qual a Petrobras é detentora de 25%, o projeto chegou à chamada fase vinculante, porém ele não avançou para as etapas seguintes, podendo ser reiniciado ao longo do ano de 2022.



Quanto ao Polo Carmópolis, que engloba todas as concessões terrestres de Sergipe e suas respectivas instalações, incluindo as plantas de processamento de petróleo e gás natural localizadas no Polo Atalaia, em Aracaju, a etapa de *signing* ocorreu em dezembro de 2021, encontrando-se em fase de transição para o novo operador (Carmo Energy), com expectativa de conclusão da transferência das operações no segundo semestre de 2022.



Conheça as atividades desenvolvidas pela equipe de Educomunicação do PEAC

O distanciamento físico, fundamental medida de prevenção à covid-19, não significou a paralisação das atividades de potencialização da Educomunicação Popular em territórios abrangidos pelo PEAC. A realização de atividades de forma remota possibilitou interações entre diferentes comunidades, permitindo o compartilhamento de suas vivências e experiências. Além disso, a comunicação através das redes sociais foi e tem sido uma experiência exitosa e constante. Conheça a seguir algumas das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Educomunicação

Pré-produção de CDs

A equipe de Educomunicação tem buscado a mobilização dos grupos Maracatu do Brejão, Axé Afro e Batuque Afro Aiyê, do município de Brejo Grande (SE), para a gravação do volume 2 da coleção Mestres e Mestras da Cultura Popular. Também envolvido, o Grupo Cultural Batucada Improviso, do quilombo Porto D'Areia, no município de Estância (SE), comporá o volume 3 dessa mesma coleção. Os grupos culturais se mantiveram ensaiando e cientes quanto aos próximos passos no processo de gravação. Durante a pandemia o Núcleo manteve contato com os representantes culturais desses grupos via telefone e vem acompanhando suas atividades virtuais, como forma de manter ativa a articulação e o processo de pré-produção.

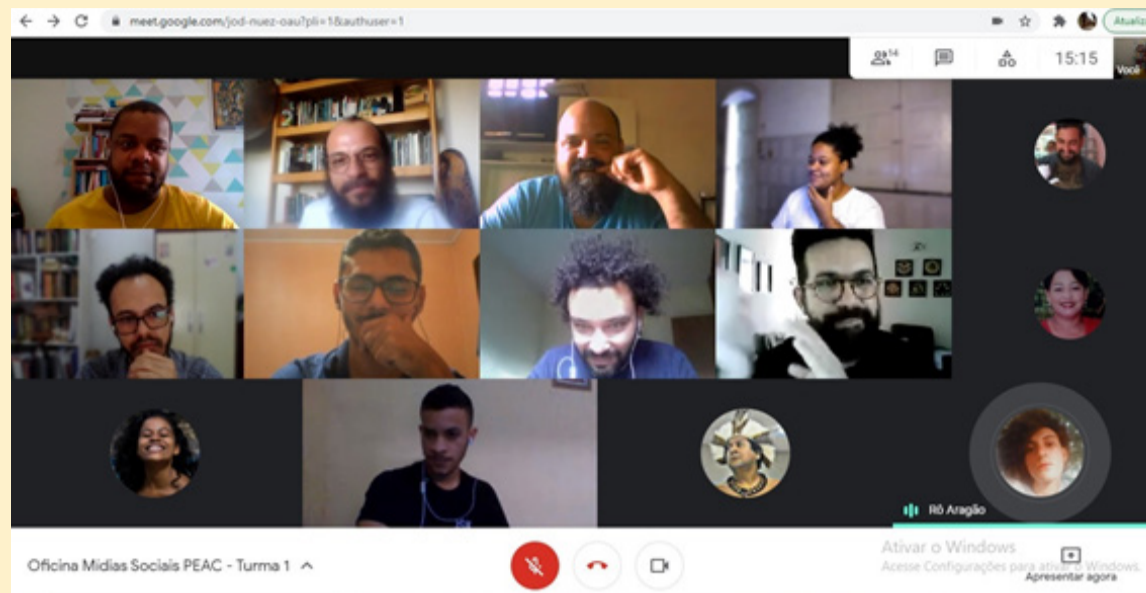


Canal do Mangue ultrapassa 50 episódios

Outro indicador importante da atuação do Núcleo de Educomunicação é a continuidade do Canal do Mangue, que veicula programas informativos de áudio via rede social. Iniciado em 2019, o canal ultrapassou em 2021 a 50ª edição. O Canal do Mangue foi concebido para alcançar as comunidades do PEAC e servir de espaço para sua manifestação e reflexão.

Os conteúdos temáticos dos episódios do Canal do Mangue foram definidos a partir de diálogos com os territórios e buscam articular três características fundamentais: a) propagação de informações de interesse público para as comunidades abrangidas pelo PEAC; b) divulgação sobre atividades e ações desenvolvidas pelas equipes do programa; e c) protagonismo das comunidades na discussão sobre as problemáticas enfrentadas pelos territórios tradicionais.

Oficinas de formação



Ainda durante a pandemia, o Núcleo de Educomunicação realizou duas oficinas de atualização/formação, ambas com participação de integrantes dos projetos e núcleos do PEAC como também de lideranças comunitárias, com assessoria técnica de profissionais nos temas propostos.

Com metodologias que privilegiaram a construção coletiva, as duas oficinas foram baseadas no estabelecimento de relações entre os conteúdos discutidos e as vivências

da equipe do PEAC e das comunidades, tendo, inclusive, atividades práticas posteriores como forma de exercício da aprendizagem.

A primeira oficina teve como tema Mídias Sociais e foi realizada nos dias 17 e 18 de junho, tendo como facilitador Marcus Vinícius de Jesus Mota. Já a segunda Oficina, ocorrida em 10 e 11 de agosto, foi sobre Produção e Técnicas Sonoras, e ministrada por Irla Franco.

Pré-lançamento do Livro (Atividade bônus)

Em julho de 2021 ocorreu o pré-lançamento do primeiro livro da coleção Território, Trabalho e Alimento. Reunindo histórias de mulheres dos povoados Muculanduba (Estância-SE), Pedra Furada (Santa Luzia do Itanhi-SE) e Terra Caída (Indiaroba-SE), o livro dá visibilidade ao trabalho feminino na pesca artesanal ao registrar o percurso do marisco desde o local de coleta até a mesa, permitindo observar relação das marisqueiras com o território, o trabalho coletivo de coleta e beneficiamento dos mariscos e, finalmente, o preparo dos alimentos.

Conforme escreveram Florisvaldo Silva Rocha e Jhennifer Laruska Leal Fraga, no texto de apresentação da publicação, “há algo de infinitamente belo no existir. Toda existência transborda histórias que não conhecemos, de pessoas que nunca vimos, de lugares aonde nunca fomos e de experiências que nunca vivemos. Ninguém existe só. Nossos caminhos estão interligados por milhares de vidas que compõem tudo o que nos mantém vivos. Este projeto nasceu considerando ser possível e necessário que essas existências fossem eternizadas e que essas histórias pudessem ser contadas e jamais esquecidas”.



TELEFONES ÚTEIS

Números Petrobras

(Ligação gratuita)

0800 079 3434

Ocorrências com animais marinhos ou presença de óleo

0800 728 9001

Demais informações sobre licenciamento

Linha verde IBAMA

(Ligação gratuita)

0800 061 8080

Central de atendimento